

## EDITORIAL

É com enorme satisfação que publicamos esta edição temática de **Cadernos de História** com a apresentação do **Dossiê 50 anos do golpe civil-militar no Brasil**. Os artigos que compõem este número da revista alinham-se às intensas discussões retomadas no meio acadêmico – e também fora dele – do autoritário e sombrio período da história brasileira. Por conta dessa efeméride, diversificadas releituras daquela conjuntura foram realizadas e registradas em inúmeras publicações, conferências, palestras, seminários, produções e exibições cinematográficas, depoimentos memorialísticos e documentos revelados. O presente dossiê é parte desse movimento de direito e dever da memória coletiva, a contribuição dos **Cadernos de História** para a reflexão crítica sobre a história brasileira recente.

O comício proferido pelo presidente João Goulart, realizado no dia 13 de março de 1964, foi um fato marcante nos desdobramentos do cenário de crise política e de tensão social anterior ao golpe civil-militar. Ao priorizar a realidade carioca daquela conjuntura, o artigo “O Comício da Central: o Rio de Janeiro de Jango”, de Demian Bezerra de Melo, apresenta os bastidores do evento, suas iniciativas de realização, as lideranças e os movimentos organizadores, os dias antecedentes, as repercussões da imprensa local e as reações do poder público estadual diante da surpreendente aglomeração de aproximadamente 200 mil pessoas no entorno da Central do Brasil. Esse episódio alarmou ainda mais os setores conservadores da sociedade brasileira provocando contraofensivas que integraram o conjunto de ações para a deflagração do golpe civil-militar.

Os respectivos artigos de Rodrigo José da Costa e Paulo Giovanni Antonino Nunes, “Do comício que não houve à marcha da vitória” e “Golpe civil-militar e repressão no imediato pós-golpe”, analisam as forças políticas e sociais atuantes naquele período, a repressão do poder público aos movimentos opositores e as repercussões da deposição de Jango percebidas nos Estados de Alagoas, Paraíba e Minas Gerais.

A repressão do regime militar é ilustrada no artigo de Carla Reis Longhi, “Vigilância e visibilidade – estratégias da ditadura civil-militar”, no qual a historiadora realiza ampla pesquisa no acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) do Estado de São Paulo. Prontuários, atestados, encaminhamentos, solicitações de busca e matérias jornalísticas eram alguns dos documentos que compunham o material arquivado pela instituição no propósito de coletar informações

sobre supostos suspeitos e transgressores ao governo militar. Nesta perspectiva, alinha-se o artigo “Os intelectuais da Escola Superior de Guerra e a vitória do ocidente”, escrito por Luiz Claudio Duarte, em que o autor investiga as narrativas reproduzidas pela intelectualidade civil e militar envolvida com a Escola Superior de Guerra, instituição brasileira coadunada aos pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional e ao ideário internacional da Guerra Fria.

O artigo “Vida em abundância, saúde para todos”, de Marilane Machado, analisa a ação de instituições leigas de orientação religiosa, as Pastorais Católicas, que exerceram importante papel de resistência. Em oposição aos setores conservadores do alto clero, a Pastoral da Saúde denunciava as desigualdades socioeconômicas intensificadas pelo regime militar, configurando-se em movimentos sociais alinhados à Teoria da Libertação latino-americana. Marilane Machado analisa a realidade catarinense dos anos 1980, através do envolvimento da Pastoral Católica com o Centro de Estudos em Saúde de Florianópolis, no sentido de pleitear junto ao poder público local a ampliação do direito à saúde aos menos favorecidos socialmente.

Integram ainda o Dossiê, os artigos “50 anos do Golpe Militar/35 anos da Lei de Anistia” e “Brasil: 1964-2014, uma comemoração possível”, de autoria das pesquisadoras Heloísa Amélia Greco e Maria Aparecida de Aquino. Ambos discutem acerca da transição política pactuada no Brasil, ao destacarem que a Lei da Anistia, promulgada em 1979, representou a construção do esquecimento no país em relação às arbitrariedades praticadas durante o regime militar, tanto por parte das lideranças do regime quanto pelos grupos guerrilheiros opositores. Neste sentido, Greco e Aquino dialogam com a memória e sugerem releituras críticas acerca dessa legislação, com o propósito de revelar e condenar atos praticados pelos torturadores.

Nessa ótica, entendemos que os **Cadernos de História** contribui para a comunidade acadêmica e para as propostas de pesquisa e de ensino ao integrar as oportunas releituras deste passado recente da história nacional, apresentando discussões instigantes e abrangentes sobre a temática do golpe civil-militar.

Prof. Dr. Mário Cléber Martins Lanna Júnior

Editor Gerente dos Cadernos de História da PUC Minas